

**INTERVENÇÃO DO MINISTRO DO PLANEAMENTO NO
ENCERRAMENTO DO DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O
PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DE PORTUGAL**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Finalizamos num debate vivo e participado, com a expressão de pontos de vista que mostram o consenso ou a discordância relativamente à proposta do Governo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Concluímos este debate convencidos da adequação do PRR que apresentámos.

As limitações decorrentes do enquadramento comunitário não obstaram a que a nossa proposta de PRR incluísse projetos que respondem mais diretamente aos impactos originados pela crise pandémica, ao mesmo tempo que não deixamos de considerar investimentos catalisadores da transformação estrutural do país.

Durante o debate demos nota de como aumentar a Resiliência, reduzindo as vulnerabilidades sociais que se mostraram tão críticas nos fatores de indução da pandemia, mas também de como aumentar o potencial produtivo do país, reforçando a coesão territorial.

Ficou claro igualmente como, ao alinhar com as transições gêmeas priorizadas pela União Europeia - a Climática e a Digital - não deixámos de

ter a preocupação de as traduzir em projetos e opções que correspondem aos interesses nacionais.

Na Transição Climática, com a definição de agendas coladas às nossas necessidades na Mobilidade Sustentável, de Eficiência Energética e de Economia Circular.

Na Transição Digital, aproveitando a oportunidade para utilizar o seu potencial, usando-a como a verdadeira alavanca da reforma da Administração Pública, promovendo a sua orientação para servir melhor os cidadãos e as empresas. Aproveitamos igualmente para colocar as empresas no limiar do potencial da tecnologia digital.

É esta a arquitetura do PRR que trouxemos hoje a debate e que pensamos ter merecido o acolhimento geral positivo desta Assembleia.

De uma forma ou outra, os partidos da Direita criticaram a alegada alocação excessiva de fundos ao Estado no PRR.

Trata-se de uma apreciação que consideramos muito limitada e redutora, apenas sustentada na contabilidade do quinhão de financiamento diretamente atribuído às empresas.

Limitada, porque não tem em conta que, com o investimento público previsto, o Estado vai produzir bem e serviços públicos que irão reduzir custos de contexto para as empresas e oferecer melhores serviços coletivos aos cidadãos.

Visão redutora também, porque ignora a procura gerada pelo investimento público na construção de obras públicas, na aquisição de bens, equipamentos e transporte, e de serviços de TIC.

Finalmente, a obsessão ideológica Direita contra o papel do Estado impede-a de perceber que o setor privado não está, na atual conjuntura, nas melhores circunstâncias para investir e que só o Estado pode desempenhar essa função de imediato na economia em escala mais alargada.

É percebendo esta evidência, que quase todos os analistas, economistas e financeiros, além das principais organizações internacionais, desde o BCE até ao FMI, passando pela OCDE, recomendam a adoção de potentes programas de estímulo económico, usando como alavanca o investimento público.

Foi nesta mesma linha que a própria União Europeia veio criar o seu Mecanismo de Recuperação e Resiliência, classificando-o como um programa de promoção de investimentos públicos.

Parece que só na nossa paróquia é que alguns parecem ter dificuldade em perceber o que se está a passar no mundo, continuando a pregar por cartilhas caídas em desuso.

Já outras questões, que vêm sendo realçadas por diversas opiniões, devem merecer a nossa atenção cuidada.

Falamos da questão de se assegurar um elevado padrão de transparência na atribuição e no controlo dos apoios em causa. Só por si, o elevado montante destes apoios justifica a preocupação e a necessidade de lhe dar uma resposta organizada.

Portugal é conhecido na Europa pela sua boa capacidade de absorção de fundos, executando-os com uma taxa de erro auditado dentro dos limites definidos.

Sendo um facto que no passado demonstramos boas capacidades nesses domínios, reconheço que, desta vez, a situação requer modelos diversos e adaptados à dimensão dos recursos e à metodologia do acompanhamento dos investimentos.

O sistema só ganhará em mudar a sua natureza. Em lugar da “caixa preta” com que os atuais sistemas surgem aos olhos dos utilizadores, temos de evoluir para um sistema de “paredes de vidro”, com procedimentos pré-estabelecidos e conhecidos.

Ao contrário da visão mais tradicional de potencial conflito entre rigor e combate à fraude, por um lado, e simplificação e celeridade de processos, por outro, teremos de apresentar uma perspetiva de interações positivas mútuas, onde sistemas mais simples e mais transparentes asseguram maior eficiência no cumprimento de objetivos e na prevenção da corrupção e da fraude.

Muito Obrigado

Nelson de Souza

Lisboa, 23.09.2020